

Dissidências sexuais e de gênero frente o avanço conservador à brasileira: desproteção no Governo Bolsonaro e as particularidades do município do Natal/RN

Natália Vilma Monteiro de Oliveira¹
Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza²

Resumo: As políticas públicas de proteção à população LGBTI+ constituem demanda histórica dos movimentos sociais no Brasil, desde que o debate em torno da diversidade sexual e de gênero adentrou à esfera pública. Nas gestões petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), o país visualizou o “reconhecimento” estatal dos direitos à diversidade humana e a promoção de equipamentos sociais públicos especializados na população LGBTI+. Entretanto, a partir das jornadas de junho e do golpe jurídico-parlamentar ocorridos no Governo Dilma, observamos a ascensão de grupos conservadores e fundamentalistas que buscam minar as iniciativas institucionais de construção da cidadania LGBTI+, enquanto os movimentos sociais progressistas resistiam à barbarização da vida social potencializada no governo de Jair Messias Bolsonaro (PL, 2019-2022). Nesse sentido, este artigo pretende analisar o cenário de desmonte das políticas públicas LGBTI+ no Governo Bolsonaro e as resistências coletivas pelo direito à diversidade sexual e de gênero no contexto nacional e, particularmente, no município do Natal/RN. Metodologicamente, as reflexões aqui apontadas partem da pesquisa bibliográfica, documental e empírica realizada durante o estágio supervisionado no Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN e sistematizada no Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social na UFRN; pesquisa, esta, que está assentada no método crítico-dialético, priorizando as categorias de totalidade e contradição. Pudemos concluir, por fim, que a política LGBTI+ em Natal/RN não está isenta das determinações inerentes às bases conservadoras que estruturam as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais à nível nacional. Contraditoriamente, o Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN representa uma importante alternativa de contraposição à lógica de regressão do direito à diversidade e aniquilamento das vidas dissidentes.

Palavras-chave: Diversidade Sexual; Conservadorismo; Expropriação de Direitos; Centro de Referência. LGBTI+.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN), no grupo de pesquisa Questão Urbano-rural-ambiental, Movimentos sociais e Serviço Social (QTEMOSS). natalia.vilma.016@ufrn.edu.br.

² Assistente Social, Mestre em Psicologia e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). luizhbrauna@gmail.com.

Introdução

Historicamente, a relação entre o Estado brasileiro e a população LGBTI+³ é permeada por contradições de toda ordem: por um lado, foram recorrentes os momentos históricos em que o aparato político-ideológico estatal foi sistematizado com vias a perseguir, torturar e minar os movimentos individuais e coletivos de resistência; por outro, as recentes tentativas de desestruturar as políticas de cidadania LGBTI+ conquistadas ao longo dos anos não estiveram desacompanhadas dos conflitos e correlação de forças próprios da inserção de sujeitos coletivos na esfera pública. O fato é que essas contradições ganharam novas proporções desde que a ofensiva conservadora e neoliberal, que acompanhou a articulação da extrema-direita durante as jornadas de junho de 2013 e o golpe jurídico-parlamentar de 2016 que retirou Dilma Rousseff (2011-2016) do poder, se tornou o “modus operandi” da política brasileira, culminando na ascensão de Michel Temer (2016-2018) ao poder.

Com a chegada de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) à presidência, as demandas em torno da diversidade sexual e de gênero passaram a ser notoriamente marcadas pela violência e pela violação de direitos. Esse fenômeno escancara o escárnio social para com as dissidências sexuais e de gênero. Conforme afirmam Mota e Rodrigues (2020), ao Brasil, que é demarcado pela fragilidade democrática decorrente dos períodos de ditadura civil-militar, é exigido a adoção de um conservadorismo reacionário, capaz de dar legitimidade à supressão dos direitos humanos do capitalismo neoliberal e de capilarizar-se entre a classe trabalhadora sem renunciar aos valores

³ Ao considerarmos, assim como Quinalha (2022), que as siglas são fruto de disputas em torno de regimes de visibilidade e entendimento sobre as identidades que variam conforme o contexto histórico e cultural, assumimos a utilização da nomenclatura LGBTI+ que pretende dar visibilidade às pessoas intersexo e às variadas possibilidades que compõem a diversidade humana, além de ser a sigla cada vez mais recorrente entre os movimentos LGBTI+ brasileiros.

burgueses. De fato, o conservadorismo que ascendeu junto à gestão de Jair Bolsonaro possui novas potencialidades, em comparação ao movimento conservador da reação ao Iluminismo e à Revolução Francesa do século XVIII, pois, na medida em que o Brasil adota a política neoliberal, a ofensiva conservadora a estrutura ideologicamente.

Todavia, ela se expressa de modo mais contundente com a gestão de extrema-direita em vigor no país. Conforme o Governo Bolsonaro promoveu um verdadeiro expurgo da diversidade humana sob o crescimento do militarismo e do patriotismo exacerbados, enquanto “identificações fascistas” de um cenário potencializador da barbárie, a agenda LGBTI+ perdeu relevância. Mais do que isso: o governo adotou a tônica conservadora de que o desenvolvimento e o financiamento das políticas de promoção à diversidade contribuem para o engasgo orçamentário do país, promoveu o desmonte sistemático das políticas públicas já existentes e barrou toda e qualquer tentativa de promoção da cidadania LGBTI+, ao privilegiar a concessão dos gastos públicos com os militares e outros segmentos que defenderam seu governo.

Os impactos à política LGBTI+, nesse período, foram inúmeras e, conforme afirma Biroli (2018), o exercício seguro da sexualidade está longe de se tornar uma realidade, sobretudo porque os movimentos individuais e coletivos de resistência, embora tenham permanecido atuantes durante os quatro anos de gestão bolsonarista, sofreram sucessivos ataques e perseguições que foram cerceando suas estratégias. Entretanto, essa realidade está longe de ser novidade: desde que as demandas em torno da diversidade sexual e de gênero adentraram à esfera pública no Brasil, em meados da década de 1970 e 1980, a população LGBTI+ é preterida em nome do avanço das pautas conservadoras e religiosas, mesmo no período em que o Estado “reconheceu” a existência desses sujeitos, suas necessidades e demandas próprias.

No município do Natal, no Rio Grande do Norte, o trato da política LGBTI+ é perpassada por um conjunto de determinações históricas que em muito se assemelham à realidade nacional dos últimos quatro anos. No entanto, a ofensiva conservadora, cristã e oligárquica que é tradição no município, sob a gestão da prefeitura de Álvaro Dias

(Republicanos, 2018-2024) assumiu direções contraditórias. Isso porque, embora o então prefeito seja um defensor público do Governo Bolsonaro e tenha a mesma postura autoritária e negacionista, foi em sua gestão que os movimentos LGBTI+ do município conquistaram algumas das suas principais reivindicações: a criação do Conselho Municipal LGBT, em 2019, a implementação do Centro Municipal de Cidadania LGBT e do Ambulatório Transexual e Travesti (TT), ambos em 2020. Nesse sentido, todos estes espaços estão localizados no centro das contradições que configuram a política LGBTI+ da capital natalense.

Com fins a discutir o cenário de desmonte das políticas de promoção à diversidade sexual e de gênero no Brasil e na cidade do Natal/RN, analisamos como esse processo ocorreu à nível nacional, durante os anos de Governo Bolsonaro, e as particularidades do contexto municipal do Natal/RN, durante a gestão de Álvaro Dias. O cenário motivador desta discussão foi o Centro Municipal de Cidadania LGBT do município, onde, em 2020, realizamos o estágio supervisionado em Serviço Social, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e, posteriormente, sistematizamos a realidade vivenciada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A partir desta experiência, compreendemos como a ofensiva conservadora intensificada no Governo Bolsonaro provocou o desmonte das políticas de promoção à cidadania LGBTI+ no Brasil e, particularmente, em Natal/RN, com todas as contradições que estiveram presentes no governo municipal entre 2018 e 2022.

Metodologicamente, assentamos esta pesquisa no método crítico-dialético, que dialoga com as concepções teórico-políticas que adotamos, entre elas as categorias de totalidade e contradição. Isso porque acreditamos que a análise que tem a totalidade social como ponto de partida não deixa escapar que embora a diversidade sexual e de gênero aparenta ter espaço privilegiado na dimensão subjetiva dos indivíduos, ela não é um processo puramente individual e particular, mas se constitui em termos históricos, subjetiva e objetivamente (Santos, 2017). Além disso, privilegiamos o estudo das contradições que permeiam a realidade e a história da política LGBTI+ no Brasil, por

compreendermos que a história não é composta por um simples movimento de eventos cronológicos, mas sua complexidade exige que pensemos sob a perspectiva dialética e totalizante da vida social.

Nesse sentido, este artigo está estruturado em três sessões, em que discutimos (I) a institucionalização das demandas LGBTI+ no Brasil, vide abertura estatal pós-redemocratização; (II) a desproteção e o desagendamento da política LGBTI+ no Governo Bolsonaro, diante do avanço do conservadorismo; e (III) as particularidades da política LGBTI+ no município do Natal/RN, entre os desafios e as potencialidades identificadas. Assim, buscamos contribuir com a resistência LGBTI+ e fortalecer o combate ao pensamento conservador no Brasil e no Rio Grande do Norte.

Abertura estatal e institucionalização das demandas LGBTI+

O processo de impeachment do Governo Dilma foi reflexo da articulação de uma gama de setores político-ideológicos que passariam a dominar a política brasileira nos anos seguintes, entre eles os grupos conservadores da burguesia financeira e da Igreja evangélica. Enquanto tônica política das últimas décadas, conforme Souza (2015), o conservadorismo⁴ foi adaptado ao contexto de crise política, econômica e ideológica daqueles tempos, com fins a “dar cabo do prosseguimento dos governos petistas” (Toitio, 2020, p.16). A tentativa bem sucedida de barrar o crescimento dos governos progressistas, como os do Partido dos Trabalhadores (PT), ocorreu principalmente pela via do pânico moral, através da demonização das políticas a favor da diversidade; e não

⁴ Segundo Mota e Rodrigues (2020): [a] pauta comportamental retrógrada, sob o argumento da defesa da família tradicional, monogâmica e cristã, contra a homossexualidade e os direitos da mulher e dos negros, se integra perfeitamente à pauta econômica-social brutalmente regressiva, através de contrarreforma do Estado, do ajuste fiscal e de medidas que requerem o recrudescimento da coerção, do silenciamento das divergências e o retrocesso no conjunto das práticas sociais (p. 203-204) Aqui, as autoras ao mesmo tempo em que caracterizam o pensamento conservador, explicam a face reacionária que se convencionou chamar de neoconservadorismo.

por acaso: ao menos desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2003), as demandas pelo enfrentamento à violência e à violação de direitos da população LGBTI+ foram sendo reconhecidas, sem antes enfrentar a ofensiva conservadora e neoliberal que se tornou hegemônica em todo o país.

Nesse sentido, em meados da década de 1990, as políticas de cidadania LGBTI+ se tornaram uma preocupação governamental, conforme duas situações marcaram a relação entre os movimentos sociais e o Estado brasileiro: a adoção de medidas neoliberais do governo FHC e o crescimento das Associações e Organizações Não-governamentais (ONG) na luta contra o HIV/AIDS. Com o avanço da doença, vários projetos voltados a combater o HIV/AIDS passaram a receber recursos financeiros, e os movimentos sociais autônomos que estavam em declínio desde a década anterior, como o grupo SOMOS e o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), foram reestruturados para atender às demandas pela institucionalização. Foi nesse contexto, por exemplo, que a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais (ABGLT) foi fundada.

O movimento homossexual, como era então denominado, institucionalizou-se no cenário em que as demandas pela estatização das ações de combate à discriminação e à violência LGBTfóbica cresceram. A partir disso, algumas destas demandas foram incorporadas na II Política Nacional de Direitos Humanos (PNDH-II) do governo FHC, cuja implementação foi resultado do estreitamento da relação do Estado com o movimento homossexual. Entre outras ações, o documento inclui as seguintes propostas: o aperfeiçoamento da legislação penal no que se refere à discriminação e à violência motivadas por orientação sexual, a exclusão do termo “pederastia” do Código Penal Militar e a inclusão de dados relativos à orientação sexual nos censos demográficos (Brasil, 2002, p.12). Entretanto, as demandas da população LGBTI+ só foram incorporadas na PNDH-II com muito sacrifício, conforme os movimentos sociais não tinham muitas respostas efetivas às particularidades das suas demandas (Toitio, 2020).

Essa relação tempestuosa marcou todo o governo FHC que, em meio a inúmeras contradições e correlação de forças, acabou sendo o primeiro presidente a reconhecer que as desigualdades e violências geradas pelo ódio à diversidade humana precisavam ser combatidas com políticas públicas de promoção à cidadania e proteção à população LGBTI+. Veremos mais adiante que esta postura foi a mesma adotada pelo governo municipal do Natal/RN durante a gestão que implantou o Centro Municipal de Cidadania LGBT em 2020, contexto em que se localizou esta pesquisa. Embora os avanços para a população LGBTI+ do Natal/RN em termos de enfrentamento à violação de direitos seja uma realidade, o governo municipal abraçou a prática conservadora e neoliberal dos anos de Governo Bolsonaro.

Mas voltando à realidade nacional, as gestões petistas que sucederam o governo FHC deram novas proporções à abertura estatal para as demandas LGBTI+. Em 2004, o Programa Brasil sem Homofobia propôs uma série de programas e ações que iam desde o direito à segurança, saúde, trabalho e educação, até o direito fundamental à cultura. Uma das indicações mais significativas incluídas no documento foi a de “apoiar a manutenção de Centros de Referência em Direitos Humanos que contemplem o combate à discriminação e à violência contra o segmento GLTB” (Brasil, 2004, p.19), enquanto equipamento institucional de combate à violência e à violação de direitos. Da mesma maneira, o governo deu continuidade à PNDH que, em 2009, teve sua terceira versão melhor estruturada com a ampliação das ações de combate à violência. Nesse sentido, a preocupação dos movimentos LGBTI+ em cobrar uma rede de proteção que fosse efetivamente financiada e mantida pelos aparatos estatais foi crescendo entre os anos 2000 e 2010.

Dito isto, foi a partir do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003-2006) que as iniciativas pela garantia de direitos da população LGBTI+ tiveram um salto quantitativo e qualitativo, conforme houve a criação de uma série de programas, planos, conferências e conselhos, enquanto produtos de reconhecimento das lutas sociais. Entretanto, tal cenário favorável ao reconhecimento dos direitos

relacionados à diversidade sexual e de gênero não coibiu a capilarização de grupos conservadores e fundamentalistas que, na realidade, nunca estiveram à parte da política conciliatória adotada pelos governos petistas. Todo esse processo provocou um cenário de construção de políticas fragmentárias, que Irineu (2021) denominou de “cidadania frágil”, uma vez que os interesses contraditórios da gestão petista provocaram, ao mesmo tempo, uma ascensão e um declínio da cidadania LGBTI+:

A aliança histórica entre ativismo LGBT e PT impactou no processo de formulação da política LGBT, especialmente no que tange à priorização do diálogo com determinados grupos de ativismo nacional por parte do governo e a hipervalorização na avaliação do movimento sobre a gestão da política pública de Lula. Essa visão do governo Lula como uma gestão pró-LGBT, proeminente em alguns setores da militância LGBT, especialmente por setores do ativismo LGBT alinhados à programática do partido, esconde uma perspectiva paternalista que, em minha análise, contribuiu para a baixa institucionalização da política LGBT no Brasil (Irineu, 2021, p. 570)

Assim como a autora, acreditamos que o contexto contraditório e inconstante dos governos petistas indicam, por excelência, as características fundamentais das políticas públicas LGBTI+ no Brasil, pois ainda que o cenário fosse favorável à participação popular e ao reconhecimento das demandas reivindicadas pelos movimentos sociais, as políticas de cidadania LGBTI+ nunca estiveram ausentes de confrontos e conflitos provocados pela ofensiva conservadora, tampouco da baixa institucionalização e da alta fragmentação. O que se agravou nos governos conseguintes de Michel Temer (PMDB, 2016-2018) e Jair Bolsonaro não esteve completamente submerso durante as gestões petistas, ao contrário: com a chegada de Dilma Rousseff à presidência, as contradições se avolumaram ao nível de haver uma considerável aproximação do Governo Dilma com o público religioso que, segundo a própria presidenta, era fundamental ao seu projeto governamental de priorizar as famílias brasileiras⁵.

⁵ GLOBO, O. Em carta ‘ao povo de Deus’, Dilma evita tomar posição sobre aborto. 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2010/em-carta-ao-povo-de-deus-dilma-evita-tomar-posicao-sobre-aborto-4990009>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

No desenrolar do Governo Dilma, a agenda da diversidade sexual e de gênero se estagnou, e o país visualizou a organização da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), considerada como a maior expressão da bancada evangélica do parlamento brasileiro. Através dela, grupos conservadores vêm provocando “do púlpito à tribuna, pânicos morais que promovem discursos ‘em defesa da família tradicional’ e contra a ‘ideologia de gênero’, alocando movimentos LGBTI e feministas como agentes do mal e da imoralidade.” (Irineu et al, 2020). Nesse contexto, foram propostas ações que agrediram um conjunto de direitos historicamente conquistados pela população LGBTI+, entre elas: o Decreto Legislativo 234/2011, que ficou conhecido popularmente como “Cura Gay”, que objetivava remover o direito à não submissão de pacientes ao processo de “redesignação” de orientação sexual; e a suspensão do programa “Escola sem Homofobia”, que visava combater a discriminação sexual e de gênero nas escolas, e que foi vulgarmente nomeada de “Kit Gay” por Jair Bolsonaro e seus seguidores.

A pressão dos grupos conservadores foi tamanha que o Governo Federal foi perdendo a política de esquerda que a caracterizava. A presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, acatou e legitimou os argumentos da bancada evangélica ao expor que não aceitaria “propaganda de opções sexuais” pois o governo não poderia “interferir na vida privada das pessoas”⁶. Todos esses fatores foram cruciais para que as organizações e os movimentos sociais considerassem que a política LGBTI+ estava em declínio, inclusive por causa da postura de “homofobia cordial e/ou institucional” do Governo Dilma. Nessa direção, o movimento LGBTI+ se tornou uma espécie de “sócio menor” (Toitio, 2020) do governo, pois embora houvesse abertura para o diálogo com os movimentos sociais, e muitos destes apoiaram publicamente a gestão petista, os recursos financeiros não eram direcionados com a prioridade devida à implementação das políticas LGBTI+.

⁶ GLOBO. Governo não fará ‘propaganda de opção sexual’, diz Dilma sobre kit. 2011. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

A atuação dos movimentos sociais LGBTI+, por outro lado, não declinou frente o cenário de supressão de direitos gerado pela manutenção da política neoliberal e conservadora. As lutas históricas por reconhecimento, proteção e cidadania refletiram, em 2011, na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo como uma entidade familiar; e, em 2013, a cirurgia de redesignação sexual deixou de ser obrigatória para o processo transexualizador gratuito do Sistema Único de Saúde (SUS). Há conquistas mais recentes, que discutiremos ao longo do texto, mas o fato é que as demandas da população LGBTI+ estão a todo tempo preteridas em nome da conservação de valores antidemocráticos dos estratos burgueses, conservadores e neoliberais no Brasil.

Desproteção e desagendamento da Cidadania LGBTI+ no Governo Bolsonaro

A prerrogativa conservadora e neoliberal que se aglutinou durante o Governo Dilma e se intensificou na transição para o governo Temer, ganhou agenda prioritária na gestão de Jair Bolsonaro, que por muitos é considerado o presidente mais reacionário e protofascista⁷ dos últimos tempos no Brasil. Quando ainda assumia o cargo de Deputado Estadual do Rio de Janeiro nos anos 1990, Jair Bolsonaro realizou uma série de entrevistas que voltaram a circular na internet durante sua candidatura em 2018: em uma delas, o ex-presidente afirmou que para resolver os problemas do Brasil seria necessário fechar lacunas deixadas pela ditadura, e realizar uma guerra civil que produziria o cenário ideal para a realização de um novo golpe militar⁸. Já em 2018, a

⁷ Virgínia Fontes (2020) denominou os primeiros anos da gestão bolsonarista de protofascista, ao considerar que existiu uma tendência permanente de mobilizar os apoiadores do governo Bolsonaro a fim de atualizar e aprofundar as práticas ditatoriais-militares de estímulo à desqualificação das conquistas democráticas.

⁸ BOLSONARO no Câmara Aberta. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (35:38). Publicado por João Roberto Laque. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=21IQ84pnuwo>. Acesso em: 19 jul. 2023.

fala do ex-presidente que mais marcou a população LGBTI+ foi o anúncio de como seu governo trataria as demandas em torno da diversidade humana: “Tudo é coitadismo [...] vamos acabar com isso”⁹.

De fato, a diversidade humana, sexual e de gênero e as organizações populares em torno da resistência coletiva foram os maiores alvos do Governo Bolsonaro, e isso ocorreu em diversas frentes. O ex-presidente foi responsável, por exemplo, pela reconstrução de uma verdadeira “cultura militar”, ao nomear militares para cargos civis e estimular a população brasileira a comprar armas, indicando uma atuação baseada na prática de contrarrevolução preventiva e permanente, como bem conceituou Fernandes (2007). Ou seja, uma vez que a tônica conservadora busca preservar os valores tradicionais, as classes dominantes passam a provocar manobras preventivas com vistas a perseguir os movimentos que tendem a abalar essas estruturas.

A igualdade, que feriria os privilégios naturalmente adquiridos, implicaria a destituição do princípio do mérito, sem o qual não haveria motivação para que os agentes sociais se movimentassem em busca de ascensão. A igualdade, portanto, seria um princípio que destoaria da ordem natural construída por tradições seculares, como a família (casamento monogâmico e heterossexual), a religião cristã, o Estado e o mercado. Essas instituições dependeriam da hierarquia e da desigualdade para funcionar, e, nesse ponto, estariam em conformidade com a própria estruturação da vida celestial da fé cristã, um dos dogmas do conservadorismo (Souza, 2021, p. 216).

Comprendemos, assim como o autor, que as políticas públicas de atendimento às demandas LGBTI+, e o próprio movimento organizado, representa a destituição dos princípios ideológicos da classe dominante conservadora: a naturalização da desigualdade e da hierarquia. Uma vez que o pensamento conservador naturaliza as instituições sociais, como a família, e o comportamento dos indivíduos com base na

⁹ JAIR Bolsonaro concede entrevista exclusiva à TV Cidade Verde. Teresina, 2018. 1 vídeo (17:20). TV Cidade Verde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDmxo6GYDWg&t=2s>. Acesso em: 19 jul. 2023.

vontade divina, qualquer sujeito ou grupo social que reivindique os pilares desta naturalização são rechaçados, violentados e jogados ao ostracismo. Nessa direção, a violência, a desproteção estatal e a contrarrevolução preventiva se tornam estratégias necessárias à manutenção do ethos burguês conservador, que é pautado em tradições seculares que conformam o suposto conjunto ideal de civilização. Assim, as crenças privadas estruturadas em dogmas religiosos e fundamentalistas ganharam espaço privilegiado no centro do pacote ideológico do Governo Bolsonaro.

Além disso, a ofensiva conservadora não atuou sozinha: se de um lado, a população LGBTI+ sofria sucessivos ataques de cunho ideológico praticados, sobretudo, por grupos fundamentalistas religiosos, por outro lado a política LGBTI+ era desarticulada por um conjunto de práticas neoliberais de ajuste fiscal permanente. Em resumo, a participação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), de setores da Renovação Carismática da Igreja Católica, entre outros, não se restringiu à disseminação da moralidade conservadora no país (Irineu et al, 2020), pois teve responsabilidade direta nos retrocessos praticados no Governo Bolsonaro.

Entre os retrocessos, destacamos no ano de 2019: a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD); a retirada da diretriz de promoção e defesa dos direitos da população LGBTI+ na reestruturação do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos (MMFDH); e a proibição de financiar filmes com temática LGBTI+ pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE), conforme sistematização realizada por Irineu et al (2020). Já em 2020, houve a exclusão de um orçamento exclusivo para as políticas LGBTI+ dentro da pasta do MMFDH, e a revogação, a partir do Decreto nº 10.346/2020, da 4ª Conferência Nacional LGBT. Por fim, em 2021, houve o fechamento do Departamento de Promoção dos direitos de LGBT (DLGBT) e sua substituição pelo Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e Populações em Situações de Risco.

Todo esse desmonte das políticas destinadas à população LGBTI+ ocorreu, como dito anteriormente, pela justificativa neoliberal de corte de gastos. Com fins a reorganizar econômica e culturalmente as relações sociais, o neoliberalismo é caracterizado pela desestatização, ou enxugamento da participação do Estado na economia, pela privatização do aparato público, pela desregulamentação de direitos trabalhistas, pelo esvaziamento da participação da Sociedade civil nas decisões políticas e pela promoção de políticas de ajuste fiscal permanente (Carvalho; Inocêncio, 2021). A adoção destas medidas vem provocando um processo de desvalorização da supremacia nacional em nome da hierarquia do mercado externo, e produzindo uma espécie de disciplina orçamentária que considera a superexploração da classe trabalhadora e o desmonte das políticas sociais como necessárias à restauração dos níveis de acumulação capitalista.

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. [...]. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (Anderson, 1995, p.2).

Para a população LGBTI+, especificamente, a ofensiva neoliberal representa uma das maiores barreiras para a garantia dos direitos à diversidade sexual e de gênero no âmbito estatal, sobretudo porque o Estado neoliberal amplifica o tensionamento dos valores culturais de sua época (neste caso, o conservadorismo) ao forçar a estagnação dos processos de construção de hegemonia das classes subalternas. Nesta perspectiva, as intervenções e posições governamentais em relação aos direitos da população LGBTI+ devem ser compreendidas a partir da dinâmica intrincada de visibilidade-invisibilidade e concessão-conquista (Irineu, 2014), mas não só, pois uma vez que a pauta da diversidade é tensionada publicamente em um cenário onde os valores políticos e

culturais são hegemonicamente conservadores, a reivindicação dos interesses da população LGBTI+ é obstruída. Durante o Governo Bolsonaro, tornou-se evidente que:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx; Engels, 2007, p. 47).

Ou seja, nos quatro anos de gestão bolsonarista visualizamos a reestruturação das práticas neoliberais e conservadoras, porque esses são os valores por excelência da classe dominante no tempo histórico atual. E foi no Governo Bolsonaro que os valores presidenciais se tornaram produtores aos anseios da elite burguesa, que representam nada mais do que a dominação da família heterossexual monogâmica, da homogeneização do comportamento humano e da naturalização dos níveis de desigualdade social. Se nos governos petistas a população LGBTI+ teve suas demandas reconhecidas na iminência de serem priorizadas política e culturalmente, no Governo Bolsonaro estas demandas foram cada vez mais invisibilizadas e suprimidas pelo conjunto dos valores burgueses.

Esse processo de subtração dos direitos historicamente conquistados pelos movimentos sociais LGBTI+ nos últimos quatro anos faz parte do que Boschetti (2017) denominou de “processos contemporâneos de expropriação social”. Ao considerarmos que o fenômeno da expropriação figura na imposição da subtração de condições materiais de existência, para além da dimensão econômica, compreendemos que o desmonte provocado pelas práticas neoliberais e conservadoras elencadas mais acima, indicam a diluição da reprodução da população LGBTI+, que passa a ter seus direitos violados e sua existência questionada. Exemplo disso são as constantes agressões,

violências e assassinatos praticados contra pessoas LGBTI+ anualmente: em 2019, 329 LGBTI+ foram assassinados no Brasil, número que caiu para 276 em 2020, mas que voltou a crescer em 2021, totalizando uma quantidade de 300 pessoas assassinadas¹⁰.

Enquanto essas mortes ocorriam no país, os políticos conservadores apoiadores de Jair Bolsonaro estimulavam a violência contra a população LGBTI+. O deputado estadual de Mato Grosso (MT), Gilberto Cattani (PSL), publicou nas suas redes sociais em 2021 que “ser homofóbico é uma escolha, ser gay também”, indicando uma defesa ao “direito” de ser homofóbico; já em 2022, os parlamentares Gabriela Rodart (DC), Thialu Guiotti (Avante), Cabo Senna (Patriota) e Sargento Novandir (Avante), todos vereadores de Goiânia (GO), foram denunciados pelo Ministério Público (MP) da cidade ao afirmarem, entre outras coisas, que “a militância LGBT é maliciosa por essência” e que “o homossexualismo não é normal”¹¹. E, embora os políticos tenham sido denunciados, suas falas foram justificadas porque eram esses os discursos esperados pelos seus eleitores conservadores.

No Estado do Rio Grande do Norte, onde estamos localizados, a situação de ataques direcionados à população LGBTI+ não é diferente. Em 2022, o suplente de Deputado Estadual Michael Diniz (Solidariedade), que substituiu o Deputado Kelps Lima (SD) por um período de quatro meses, afirmou que o movimento LGBTI+ quer “corromper as crianças”, “sensualizar as coisas” e “queimar a bíblia”. A fala ocorreu na Assembleia Legislativa do RN, quando a notícia de que uma mulher transexual, Eloá Rodrigues, havia disputado o Miss Internacional Queen vestida de santa, se tornou pauta na Assembleia¹². Não obstante, o RN teve recentemente dois Projetos de Lei (PL)

¹⁰ Segundo os relatórios anuais de mortes violentas sistematizados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) nos anos de 2019, 2020 e 2021. Fonte: GGB. Relatórios do Grupo Gay da Bahia. 2022. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/todos-dossies/grupo-gay-da-bahia/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

¹¹ Fonte: Popular, O. Ministério Público denuncia vereadores por discriminação após falas contra pessoas LGBTQIA+. 2021. Disponível em: <<https://opopular.com.br/politica/ministerio-publico-denuncia-vereadores-por-discriminac-o-apos-falas-contra-pessoas-lgbtqia-1.2483091>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

¹² Fonte: SAIBA MAIS. Recém-empossado deputado do RN diz que repudia e despreza movimento LGBT. 2022. Disponível em:

contra a população LGBTI+, integrando um conjunto de mais de 120 projetos anti-diversidade que, entre 2019 e 2022, foram apresentados nas assembleias legislativas do país. Tais PL são de autoria do deputado Coronel Azevedo (PL) e propõem a proibição do uso da linguagem neutra nas escolas e a participação de mulheres transexuais em competições femininas no RN.

Dessa forma, acreditamos ser necessário contextualizar as particularidades da realidade norte-rio-grandense, em especial as do município do Natal/RN, no que tange o avanço da ofensiva conservadora e a refração de direitos LGBTI+. Embora a direção político-ideológica do prefeito Álvaro Dias esteja em consonância com os valores burgueses, conservadores e neoliberais, sua gestão é perpassada por um conjunto de contradições que impactaram a política LGBTI+ do município.

Particularidades do município do Natal/RN: entre o avanço conservador e o “reconhecimento” da cidadania LGBTI+

A gestão municipal do Natal/RN dos últimos quatro anos seguiu uma direção semelhante à da realidade nacional sem, no entanto, ter deixado de aproveitar o contexto eleitoral de 2020 para cooptar a luta histórica do movimento LGBTI+ do município. Como abordaremos a seguir, “alinhada ao governo federal, a gestão municipal do prefeito Álvaro Dias (PSDB) tem raízes no coronelismo, e a sua trajetória política em Natal (RN) é marcada pelo autoritarismo e negacionismo” (Dantas et al, 2021, p.165). No mesmo período de avanço conservador à nível nacional, o governo municipal do Natal/RN promoveu um conjunto de medidas próprias dos governos conservadores: nomeou familiares para exercer cargos públicos, esteve envolvido em escândalos de nepotismo, estabeleceu uma política higienista ao desabrigar dezenas de famílias em

<<https://saibamais.jor.br/2022/06/recem-empossado-deputado-do-rn-diz-que-repudia-e-despreza-movimento-lgbt/>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

situação de rua, orquestrou a retirada de direitos estudantis à meia-passagem de ônibus e defendeu, assim como o ex-presidente Jair Bolsonaro, o uso de medicamentos sem eficácia comprovada durante os períodos críticos de pandemia de Covid-19 no país.

Entre 2019 e 2020, algumas matérias publicadas no site oficial da prefeitura do Natal/RN indicaram as ações da gestão municipal referentes à política LGBTI+: “Prefeito Álvaro Dias empossa o Conselho Municipal LGBT” e “Prefeitura cria Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal” são os títulos de duas notícias publicadas que demonstraram o feito inédito de conceder à população duas demandas históricas do movimento LGBTI+. Na primeira, a prefeitura informa que o pioneirismo da iniciativa busca fortalecer a assistência da gestão municipal à população LGBTI+ na cidade; enquanto a segunda anuncia a criação de uma rede de apoio e de promoção dos direitos LGBTI+ que garanta o acesso desta população ao atendimento psicossocial, sociojurídico e de qualificação profissional¹³.

As duas iniciativas, além da implementação do Ambulatório TT de Natal/RN, são de fato inéditas no município, conforme as gestões anteriores não priorizaram o diálogo com os movimentos LGBTI+ locais que, há mais de doze anos, reivindicam a criação de políticas públicas específicas à esta população. Organizações e coletivos políticos como o Fórum LGBT, a Associação das Travestis e Transexuais do RN (Atrevida) e integrantes do movimento de combate ao HIV/AIDS protagonizaram as lutas próximos às instâncias estatais e conquistaram a criação do Conselho Municipal LGBT em 2019, e do Ambulatório TT e do Centro Municipal de Cidadania LGBT, ambos durante a pandemia de Covid-19 em 2020. Entretanto, a tradição conservadora

¹³ Fonte: NATAL. Prefeito Álvaro Dias empossa o Conselho Municipal LGBT. 2019. Disponível em: <<https://natal.rn.gov.br/news/post/31012>>. Acesso em: 22 jul. 2023; e NATAL. Prefeitura cria Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal. 2020. Disponível em: <[https://www.natal.rn.gov.br/news/post/32621#:~:text=A%20Prefeitura%20do%20Natal%20deu,quarta%20feira%20\(11\)](https://www.natal.rn.gov.br/news/post/32621#:~:text=A%20Prefeitura%20do%20Natal%20deu,quarta%20feira%20(11))>. Acesso em: 22 jul. 2023.

construída nas gestões passadas e na própria gestão do prefeito Álvaro Dias carregou de ressalvas as conquistas recentes dos movimentos LGBTI+.

Contraditoriamente, e numa evidente estratégia eleitoral, o então candidato atendeu a importantes reivindicações dos movimentos sociais. Destacamos aqui, além do Centro LGBT e Ambulatório TT, o Albergue Municipal 24h para população em situação de rua, ambos criados no contexto da pandemia e pré-eleições municipais. Outrossim, o modus operandi dessa gestão com os servidores municipais é de descaso e desrespeito. Além dos dezesseis anos sem reajuste salarial, foram obrigados a trabalhar desde o início da pandemia, completamente desprotegidos, sem acesso à testagem em massa, a equipamentos de proteção individual adequados e condições dignas de trabalho (Dantas et al, 2021, p. 165).

Conforme explicitam os autores, a conformação dos equipamentos públicos que constituem a promoção da cidadania LGBTI+ atualmente em Natal/RN é perpassada por um conjunto de contradições que demonstra a repercussão das práticas conservadoras nas instâncias municipais, que vai desde à fragilização proposital das instituições até o descaso com os funcionários que compõem o corpo técnico e administrativo. Levando isso em consideração, as políticas públicas, enquanto espaços de disputa política, podem ser disputadas inclusive por gestões de direita e extrema-direita que tendem a deliberar o avanço dessas políticas sob os moldes de seus próprios interesses. No contexto da política LGBTI+ em Natal/RN, a criação das instituições mencionadas ocorreu pela via do decreto, de maneira aligeirada e na iminência das eleições municipais.

Acreditamos que este contexto de implementação do Centro LGBT e do Ambulatório TT é reflexo da falta de compromisso da gestão municipal de manter tais instituições em funcionamento, sobretudo se levarmos em consideração as inúmeras dificuldades vivenciadas pelos funcionários no cotidiano do exercício profissional. Entre elas, estão: o alto índice de demandas reprimidas em torno da violação de direitos fruto da existência tardia de equipamentos especializados no atendimento à população LGBTI+, a quantidade reduzida de equipes técnicas, a ausência de orçamento específico

para o funcionamento dos serviços, entre outros, revelando um verdadeiro cenário de negligência que perdurou entre os anos de 2019 e 2020.

Conforme Mello et al (2012, apud Feitosa, 2019), o que torna as políticas LGBTI+ políticas de governo e não de Estado é o fato de que estas são frágeis institucional e estruturalmente, e tendem a ficar à mercê das conjunturas e das conveniências políticas. No mesmo sentido, Bento (2014) afirma que a fragilização da política LGBTI+ é reflexo de uma “cidadania precária” desenvolvida pelos três níveis de governo na história da politização da diversidade sexual e de gênero, revelando um processo simultâneo de continuidade e descontinuidade da política LGBTI+ no Brasil. Ao tornar a criação do Conselho Municipal LGBT, do Centro LGBT e do Ambulatório TT um feito de gestão, e não uma conquista histórica dos movimentos sociais locais, e ao estimular a precarização desses equipamentos, a prefeitura do Natal/RN assume posturas autoritárias e assistencialistas próprias da ideologia conservadora, ainda que tenha iniciado a promoção da política LGBTI+ no município.

O fato é que o caráter conservador da gestão municipal atual é herança de muitos anos de diálogo com valores reacionários da elite oligárquica do Rio Grande do Norte, revelados durante os governos de Micarla de Sousa (PV, 2009-2012) e Carlos Eduardo (PDT, 2013-2018). A primeira construiu uma imagem pública de “mãe de família”, heterossexual e religiosa que buscou atender as demandas do público conservador de Natal/RN, enquanto o segundo apoiou publicamente a candidatura de Jair Bolsonaro em 2018 e, convenientemente, busca estreitar alianças com grupos de direita e extrema-direita. A ampliação das bases conservadoras é uma das principais barreiras para o fortalecimento da política LGBTI+ no município.

Considerando nossa aproximação com o Centro Municipal LGBT de Natal/RN, em virtude da realização do estágio supervisionado em Serviço Social que ocorreu em 2020, destacamos que sua implementação foi consideravelmente tardia, conforme a demanda pela criação dos Centros de Referência especializados na população LGBTI+ já era mencionada no Programa Brasil sem Homofobia e no PNDH - III que, segundo

(Feitosa, 2019) funcionaram como instrumentos de pressão para a criação destes equipamentos. Dentre todos os Centros de Referência espalhados pelo Nordeste brasileiro, o Centro LGBT de Natal/RN foi o décimo a ser construído e se configura como um dos mais recentes do país. Segundo seu decreto de criação, o Decreto n.º 11.909/2020, são algumas das atribuições da instituição:

- I – Articulação da rede de atendimento e proteção social e do Sistema de garantia de direitos para a promoção dos direitos da população LGBT, minimizando as vulnerabilidades a que este público está submetido;
- II – Realização do atendimento psicossocial e sociojurídico, individual e coletivo, à população LGBT e seus familiares, conforme suas necessidades específicas, com encaminhamento à rede de atendimento, proteção social e sistema de garantia de direitos;
- III – Realização do acolhimento, escuta qualificada e atividades de grupos voltadas à população LGBT;
- IV – Realização de encaminhamento para acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais, bem como qualificação profissional e acesso ao mundo do trabalho por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social;
- V – Fomento à criação de parcerias, convênios e cooperações com outros órgãos e entidades voltados à promoção da cidadania LGBT, propondo e ampliando projetos nessa área, observada a legislação vigente em cada caso;
- VI – Sistematização das informações coletadas nos diversos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e rede de atendimento, sobre casos de discriminação homofóbica ou violência que tenha por fundamento a orientação sexual ou identidade de gênero, servindo de referência e base de dados (Natal, 2020, s/n).

Embora todas as atribuições mencionadas estejam em consonância com as demandas históricas da população LGBTI+ no Brasil, um conjunto de desafios é posto à efetividade dos serviços prestados. Entre os desafios que estão diretamente relacionados ao avanço da ideologia conservadora e reacionária no país, destacamos duas: em fevereiro de 2022, o Centro LGBT de Natal/RN recebeu várias ameaças via Whatsapp atribuídas a um grupo do RN autointitulado neonazista¹⁴. As ameaças, que foram comunicadas às autoridades responsáveis, é mais uma expressão do avanço de grupos

¹⁴ Fonte: SAIBAMAIS. Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal recebe ameaça de grupo neonazista. 2022. Disponível em: <<https://saibamais.jor.br/2022/03/centro-municipal-de-cidadania-lgbt-de-natal-recebe-ameaca-de-grupo-neonazista/>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

de extrema-direita que cresceram conforme o ex-presidente Jair Bolsonaro defendeu torturas, violências e perseguições às populações marginalizadas.

Além disso, em setembro de 2022, às vésperas da realização do Seminário “Crianças e adolescentes LGBTIA+ existem: a diversidade sexual e de gênero na infância e adolescência”, organizado pelo Centro LGBT, a vereadora evangélica Camila Araújo (PSD) acusou a instituição e a gestão municipal de instigar “sexualização, adultização e erotização das crianças”¹⁵ ao debater nos espaços públicos as particularidades das demandas de crianças e adolescentes em torno da diversidade, e as estratégias de enfrentamento à violação de direitos, conforme os atos de discriminação e violência LGBTfóbica costumam ter origem ainda na infância.

Sendo assim, a existência do Centro LGBT e dos demais equipamentos que conformam a política LGBTI+ em Natal/RN é cotidianamente impactada pela ideologia conservadora, reacionária e fundamentalista que estrutura a realidade brasileira. Tanto é que a fragilidade imposta a esses equipamentos é parte de um conjunto de estratégias em que o Estado busca atender determinadas reivindicações dos movimentos sociais ao mesmo tempo em que costura maneiras de potencializar a repressão e a regressão de direitos. Inclusive porque, como afirmam Dantas et al (2020), as respostas pontuais oferecidas pelo Estado não são capazes de ameaçar, individualmente, as mesmas estruturas violadoras de direitos que são promovidas por ele.

Como contraponto, é importante que não deixemos escapar que a atuação do Conselho Municipal LGBT, do Centro LGBT e do Ambulatório TT em Natal/RN, mesmo dentro dos limites que a gestão conservadora as impõe, é repleta de potencialidades e conforma o processo contínuo de resistência LGBTI+ ao avanço dos grupos conservadores. Uma vez que a atuação institucional está na direção do combate às violências e violações individuais, institucionais e coletivas, possui a capacidade de

¹⁵ Fonte: TRIBUNA DO NORTE. Seminário discute crianças e adolescentes LGBTIA+ nas escolas. 2022. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/semna-rio-discute-criana-as-e-adolescentes-lgbtia-nas-escolas/547813>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

construir práticas anticapitalistas que promovam o exercício da liberdade, da autonomia e da emancipação de sujeitos LGBTI+. Isso porque, ainda que possam ser paliativas dentro do contexto conservador e neoliberal brasileiro, as atividades de ocupação da população LGBTI+ nas diversas políticas públicas, e os processos de resistência delas derivados, contribuem para a formação de caminhos efetivos para a transformação social mais ampla.

Nesse sentido, embora a capilarização conservadora e neoliberal esteja longe de abandonar a realidade brasileira e municipal em Natal/RN, transformando a atuação da política LGBTI+ em um verdadeiro “remar contra a maré”, acreditamos na capacidade de construção emancipatória dos sujeitos individuais e coletivos que buscam combater as tendências antidemocráticas que foram legitimadas nos quatro anos de Governo Bolsonaro.

Embora todas as atribuições mencionadas estejam em consonância com as demandas históricas da população LGBTI+ no Brasil, um conjunto de desafios é posto à efetividade dos serviços prestados. Entre os desafios que estão diretamente relacionados ao avanço da ideologia conservadora e reacionária no país, destacamos duas: em fevereiro de 2022, o Centro LGBT de Natal/RN recebeu várias ameaças via Whatsapp atribuídas a um grupo do RN autointitulado neonazista. As ameaças, que foram comunicadas às autoridades responsáveis, é mais uma expressão do avanço de grupos de extrema-direita que cresceram conforme o ex-presidente Jair Bolsonaro defendeu torturas, violências e perseguições às populações marginalizadas.

Além disso, em setembro de 2022, às vésperas da realização do Seminário “Crianças e adolescentes LGBTIA+ existem: a diversidade sexual e de gênero na infância e adolescência”, organizado pelo Centro LGBT, a vereadora evangélica Camila Araújo (PSD) acusou a instituição e a gestão municipal de instigar “sexualização, adultização e erotização das crianças” ao debater nos espaços públicos as particularidades das demandas de crianças e adolescentes em torno da diversidade, e as

estratégias de enfrentamento à violação de direitos, conforme os atos de discriminação e violência LGBTfóbica costumam ter origem ainda na infância.

Sendo assim, a existência do Centro LGBT e dos demais equipamentos que conformam a política LGBTI+ em Natal/RN é cotidianamente impactada pela ideologia conservadora, reacionária e fundamentalista que estrutura a realidade brasileira. Tanto é que a fragilidade imposta a esses equipamentos é parte de um conjunto de estratégias em que o Estado busca atender determinadas reivindicações dos movimentos sociais ao mesmo tempo em que costura maneiras de potencializar a repressão e a regressão de direitos. Inclusive porque, como afirmam Dantas et al (2020), as respostas pontuais oferecidas pelo Estado não são capazes de ameaçar, individualmente, as mesmas estruturas violadoras de direitos que são promovidas por ele.

Como contraponto, é importante que não deixemos escapar que a atuação do Conselho Municipal LGBT, do Centro LGBT e do Ambulatório TT em Natal/RN, mesmo dentro dos limites que a gestão conservadora as impõe, é repleta de potencialidades e conforma o processo contínuo de resistência LGBTI+ ao avanço dos grupos conservadores. Uma vez que a atuação institucional está na direção do combate às violências e violações individuais, institucionais e coletivas, possui a capacidade de construir práticas anticapitalistas que promovam o exercício da liberdade, da autonomia e da emancipação de sujeitos LGBTI+. Isso porque, ainda que possam ser paliativas dentro do contexto conservador e neoliberal brasileiro, as atividades de ocupação da população LGBTI+ nas diversas políticas públicas, e os processos de resistência delas derivados, contribuem para a formação de caminhos efetivos para a transformação social mais ampla.

Nesse sentido, embora a capilarização conservadora e neoliberal esteja longe de abandonar a realidade brasileira e municipal em Natal/RN, transformando a atuação da política LGBTI+ em um verdadeiro “remar contra a maré”, acreditamos na capacidade de construção emancipatória dos sujeitos individuais e coletivos que buscam combater

as tendências antidemocráticas que foram legitimadas nos quatro anos de Governo Bolsonaro.

Considerações Finais

Perscrutar o avanço do conservadorismo no Brasil dos últimos anos, a partir da análise da conjuntura nacional e da vivência no Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN possibilitou apreender os limites e tensões em que defrontam, cotidianamente, os movimentos sociais e ativistas políticos na luta pela promoção de direitos e garantia da diversidade humana. No que tange às dissidências sexuais e de gênero, estas são, na atualidade, alvo principal das jocosas investidas neoliberais e conservadoras em prol do avanço do capital. No centro dos discursos de ódio e da prática concreta da violência e das violações de direitos estão as pessoas LGBTI+.

É notório salientar não ser próprio do novo tempo as estratégias de aniquilamento dos sujeitos dissidentes. Ou seja, não se trata de uma particularidade do governo bolsonarista. Pelo contrário, estes sujeitos seguem historicamente sendo cruelmente atacados, como também, reticentes à essas agressivas. Entretanto, na conjuntura analisada, essa barbárie possui tradicionais e novos contornos. O Estado deixou de ser a via para consolidação da proteção social e conformou-se algoz de múltiplas atrocidades vivenciadas pelas pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais e outras dissidências sexuais e de gênero. Cortaram-se recursos. Extinguiram-se conselho de direitos. Praticaram-se discursos ofensivos nas vias públicas cotidianamente. Ocultaram-se dados de violência LGBTI+fóbica. Produziu-se uma enxurrada de mecanismos atrozes limitando a vivência social. Legitimaram-se o aniquilamento subjetivo e objetivo das pessoas LGBTI+.

Conforme apontamos, em Natal/RN, o contexto socioeconômico, político e cultural tem suas particularidades. Contudo, é no âmbito ideológico que a gestão municipal abraçou o nacional e segue firme. A ideologia neoliberal e conservadora, por

mais que na capital potiguar se apresenta de modo progressista, reproduz, no cotidiano, a face perversa do capital. Em um movimento dialético, flerta com o discurso conservador e seduz os movimentos populares via efetivação de direitos, mesmo que mantidas as condições de precariedade da vida e do trabalho. No mesmo tom, implementa-se equipamentos de proteção social especializados com recursos limitados reverberando no atendimento integral às demandas da população LGBTI+.

No presente, a nível nacional, um novo tempo parece iluminar nossas vidas. A retomada do Presidente Lula ao poder político do país no ano de 2023 reacendeu as esperanças de que dias melhores virão. A atual gestão petista (re) afirma-se aliada aos direitos da população LGBTI+. Cria o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Conselho Nacional dos Direitos LGBTQIA+. Fortalece as políticas públicas de enfrentamento e promoção da cidadania mediante a sanção de orçamento. Reaproxima-se de movimentos sociais e ativistas em geral. Dentre outras iniciativas que, ainda tímidas, dotadas de contradições e desafios, expressam a urgência de continuidade da defesa de direitos e pressão da classe trabalhadora.

Permanecer atentas (os) e entender que nem tudo que reluz é sinônimo de vitória, favorece a sabedoria coletiva de que, por mais que estejamos sob o comando de um poder político progressista, de cunho social-democrático, não derrotamos o conservadorismo e o neoliberalismo. Ou seja, não derrotamos as ideologias que evidenciam o quão voraz é o capital em suas manifestações atuais. De tal maneira que demanda a continuidade e expansão estudos e pesquisas. Há esperança e há também muita luta. Vencemos nas urnas, mas precisaremos vencer nas ruas. Conquistar mentes e corações para juntas (os) derrubarmos o capitalismo e lograrmos a emancipação humana. Reputamos que assim, construiremos uma sociedade livre de opressões em que todas as dissidências sexuais e de gênero e a diversidade humana em geral possa florescer.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Contemporânea, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BIROLI, Flávia. **Gêneros e desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. **Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação?** In: Anais do colóquio internacional Marx e o marxismo 2017: de O capital à revolução de outubro (1867-1917). Niterói: NIEP-Marx; 2017.

BRASIL. **Programa Brasil Sem Homofobia**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH II**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2002.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando. O desagendamento da educação para os corpos, gêneros e sexualidades: um projeto neoliberal, um arranjo neoconservador e as várias pedagogias fascistas. **Instrumento**, Juiz de Fora, ed. 23, n. 2, p.236-257, mai/ago. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/33867>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

DANTAS, Michael H; SOUZA, Luana Vanessa S. P. de; PINHEIRO, Samya Katiane M. Atuação do serviço social com população LGBT em contexto ultraconservador e pandêmico. Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social. **Temporalis**, v. 21, n.41, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34770>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

IRINEU, Bruna Andrade. A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória. **Serviço Social em revista**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 566-583, dev. 2021 Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/39486>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 155-178, 2014.

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade; LACERDA, Milena Carlos. Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do Bolsonarismo. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**, Salvador: ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, ed. 1, ano 2020, p. 98-113, jan. 2020.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia em Pernambuco**. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, n. 32, mai./ago., p. 90-118, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de república?** 2. ed. São Paulo: Globo, 2007.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Katálysis**, Florianópolis, ed. 23, n. 2, p. 199-212, mai/ago. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

NATAL. Decreto nº 11.909, de 5 de março de 2020. **Cria o Centro Municipal de Cidadania LGBT, e dá outras providências**. Diário Oficial do Município, [S. l.], ano XX, n. 4271, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/storage/app/media/DOM/anexos/dom_20200311_9fbb25d09d79c0601804d99f6e5d89f2.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

O PROTOFASCISMO no Brasil sob Bolsonaro | Virgínia Fontes. [S. l.:s. n.], 2020. 1 vídeo (24m53s). Publicado pela **TV Boitempo**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PbbyXhr7cB0&t=728s>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Argumentum: Debate**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 8-20, 2017.

SOUZA, J. M. A. O conservadorismo Moderno: esboço para uma aproximação. São Paulo: **Serviço Social e Sociedade**, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282015000200199&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 jul. 2023.

TOITIO, R. D. **Cores e contradições**: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro. Campinas, 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), IFCH/Unicamp.

Sexual and gender dissidences in the face of the Brazilian conservative advance:
lack of protection in the Bolsonaro Government and the particularities of the
municipality of Natal/RN

Abstract: Public policies to protect the LGBTI+ population constitute a historical demand of social movements in Brazil, since the debate around sexual and gender diversity entered the public sphere. In the administrations of presidents Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) and Dilma Rousseff (2011-2016), the country watched a “recognition” of the rights to human diversity and the promotion of specialized public social facilities for the LGBTI+ population. However, since the June/2013 protests and the legal-parliamentary coup that took place during the Dilma government, we have observed the rise of conservative and fundamentalist groups that seek to undermine institutional initiatives to develop LGBTI+ citizenship, while progressive social movements resisted the barbarization of social life - that was strengthened in the government of Jair Messias Bolsonaro (PL, 2019-2022). In this sense, this article intends to analyze the scenario of dismantling LGBTI+ public policies in the Bolsonaro government and the collective resistance for the right to sexual and gender diversity in the national context and, particularly, in the municipality of Natal/RN. Methodologically, the reflections in this text depart from the bibliographical, documentary and empirical research carried out during the supervised internship at the Municipal Center for LGBT Citizenship in Natal/RN and systematized in the final paper of the Social Service undergraduation course at UFRN; research which was based on the critical-dialectical method, prioritizing the categories of totality and contradiction. Finally, we were able to conclude that the LGBTI+ policy in Natal/RN is not exempt from determinations inherent to the conservative bases that structure the social, political, economic and cultural dimensions at the national level. Contradictorily, the Municipal Center for LGBT Citizenship in Natal/RN represents an important counterpoint to the logic of regression of the right to diversity and the annihilation of dissident lives.

Keywords: Sexual Diversity; Conservatism; Expropriation of Rights; Reference Center. LGBTI+.

Recebido: 31/07/2023

Aceito: 30/06/2024

